

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.388 - RS (2019/0228522-6)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADO : FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277
AGRAVADO : NEDEL OLIVEIRA MACHADO
ADVOGADOS : JAIME FORTUNATO CERVO - RS009096
GUSTAVO CERVO - RS047497

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"AGRAVO INTERNO. AÇÃO RESCISÓRIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. AUXILIO CESTA-ALIMENTAÇÃO. EXTENSÃO AOS INATIVOS. NATUREZA REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO RECONHECIDA NO ACÓRDÃO RESCINDENDO. INTERPRETAÇÃO POSSÍVEL. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. ERRO DE FATO. INOCORRÊNCIA.

1. A ação rescisória somente é cabível nas hipóteses taxativamente previstas no artigo 966 do CPC. Não é possível verificar, da análise do contexto probatório, qualquer erro de fato ou violação à legislação vigente, mas sim, de forma evidente, a pretensão da parte autora em ver, reapreciada questão definitivamente julgada.

2. A alteração de posicionamento jurisprudencial não autoriza a rescisão de sentença transitada em julgado, em fase de cumprimento.

3. Ainda que o atual entendimento da Superior Instância e deste Tribunal seja no sentido da natureza indenizatória do auxílio cesta-alimentação, a afastar a extensão da verba aos inativos, tal não basta à rescisão do acórdão atacado, porquanto fundado em uma dentre as interpretações possíveis para os dispositivos tidos por violados. Petição inicial indeferida, de plano. Precedentes.

4. Ausente qualquer argumento a justificar a modificação do posicionamento adotado no julgado atacado, resta mantida a decisão recorrida.

AGRAVO INTERNO DESPROVIDO." (fls. 222)

Os embargos de declaração apresentados foram rejeitados às fls. 253/259.

Nas razões do recurso especial, os agravantes alegam violação dos arts. 330,

968, §3º, e 966, V e VIII, do Código de Processo Civil, 3º da LC 108/01, e 3º e 6º da Lei 6.321/76, sustentando, em síntese: (a) a rescisão do acórdão rescindendo em virtude de mudança de entendimento jurisprudencial, (b) a natureza indenizatória do auxílio cesta-alimentação ao invés da natureza remuneratória anteriormente defendida nos Tribunais, c) a ausência de pressupostos na interposição de recursos extraordinários.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

Cinge-se a controvérsia no manejo de ação rescisória para anular acórdão que reconheceu o direito de complementação, em benefício previdenciário, de parcela relativa ao auxílio cesta-alimentação, tendo em vista a mudança do entendimento jurisprudencial quanto a essa matéria.

Nesse passo, o Tribunal *a quo* verificou que no acórdão ficou decidido nos termos do posicionamento jurisprudencial vigente à época, conforme a seguir:

"Da mesma forma, não prospera a alegação da ocorrência de erro de fato, visto que a matéria foi suficientemente analisada pelos julgadores, que decidiram conforme o posicionamento majoritário vigente à época.

Ou seja, a ação rescisória não tem objetivo de corrigir amplamente a má aplicação do direito, pois, no interesse público, a coisa julgada fala mais alto.

Nesse sentido, colaciono julgado do STJ:" (fls. 229)

A decisão do Tribunal *a quo* reflete, nesse sentido, a mais recente jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, o qual entende que a alteração jurisprudencial quanto à matéria especificamente veiculada não autoriza o manejo da ação rescisória para desconstituição de acórdão.

Confirmam-se os precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. AUXÍLIO CESTA-ALIMENTAÇÃO. ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DA JURISPRUDÊNCIA. MANEJO DE RESCISÓRIA PARA ADEQUAÇÃO DO JULGADO. INVIABILIDADE. SÚMULA 343/STF. PRECEDENTE ESPECÍFICO DA CORTE ESPECIAL. ERRO DE FATO. NÃO CONFIGURAÇÃO. EFETIVA DISCUSSÃO A RESPEITO DA NATUREZA DA VERBA NO PROCESSO ORIGINÁRIO. INCIDÊNCIA DO § 2º DO ARTIGO 485 DO CPC/73.

1. "A alteração jurisprudencial quanto à inviabilidade de inclusão do auxílio cesta-alimentação nos proventos de complementação de aposentadoria pagos por entidade fechada de previdência privada posterior à manifestação transitada em julgado não autoriza o manejo da ação rescisória" (EAREsp 397.326/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2016, DJe de 26/10/2016).

2. A ação rescisória fundada em erro de fato pressupõe que a decisão tenha admitido um fato inexistente ou tenha considerado inexistente um fato efetivamente ocorrido, mas, em quaisquer dos casos, é indispensável que não tenha havido controvérsia nem pronunciamento judicial sobre ele (art. 485, IX, e § 2º, do CPC/73). 3. No caso concreto, houve efetiva discussão sobre a natureza jurídica do auxílio cesta-alimentação - se verba de caráter remuneratório ou indenizatório -, a afastar a alegação de erro de fato.

4. Pedidos contidos na ação rescisória julgados improcedentes." (AR 5.311/RJ, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, Rel. p/ Acórdão Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/02/2018, DJe 18/04/2018)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. AUXÍLIO "CESTA ALIMENTAÇÃO". ACÓRDÃO RESCINDENDO PROFERIDO QUANDO HAVIA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL QUANTO À MATÉRIA. SÚMULA 343/STF. ERRO DE FATO. ALEGAÇÃO QUE NÃO PROCEDE. ADVOGADO A FAVOR DE QUEM FORAM FIXADOS HONORÁRIOS. ILEGITIMIDADE PASSIVA. AGRAVO INTERNO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Cuida-se, na origem, de ação rescisória visando a rescisão de acórdão do TJ/RS que condenou a entidade de previdência privada à incorporação da rubrica denominada "cesta-alimentação" em provento de suplementação de aposentadoria.

2. Segundo a orientação desta Corte, firmada na esteira da Súmula 343/STF, não se admite a propositura de ação rescisória fundada em violação literal de Lei (arts. 485, V, do CPC/73 e 966, V, do CPC/15) para fins de adequação da decisão acobertada pelo manto da coisa julgada a posterior alteração jurisprudencial. Precedentes.

3. Para a aferição da incidência da Súmula 343/STF, deve ser considerada a data em que proferida a decisão rescindenda, sendo irrelevante o trânsito em julgado em momento ulterior, quando postergado em razão da interposição de recursos excepcionais

cujo mérito não foi analisado. Precedentes.

4. "A ação rescisória fundada em erro de fato pressupõe que a decisão tenha admitido um fato inexistente ou tenha considerado inexistente um fato efetivamente ocorrido, mas, em quaisquer dos casos, é indispensável que não tenha havido controvérsia nem pronunciamento judicial sobre ele" (AR 5.160/RJ, 2ª Seção, DJe de 18/04/2018).

5. O advogado não é parte legítima para figurar no polo passivo de ação rescisória ajuizada sob fundamentos que só alcançam a relação jurídica formada entre as partes da demanda originária. Precedente da 2ª Seção.

6. Tem-se como manifestamente improcedente o agravo interno quando o agravante não impugna a orientação jurisprudencial aplicada na decisão unipessoal, demonstrando que é outro o entendimento adotado pela Corte, mediante a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida.

7. Agravo interno não provido, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015."

(AgInt no REsp 1717140/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe 22/03/2019)

Assim, tendo o Tribunal de origem decidido nos moldes da compreensão firmada por esta Corte, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

E quanto à alegada divergência jurisprudencial, o entendimento desta Corte é que a aplicação da Súmula 83/STJ estende-se tanto aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "a" quanto na alínea "c" do permissivo constitucional.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**

Relator